ADVERSO

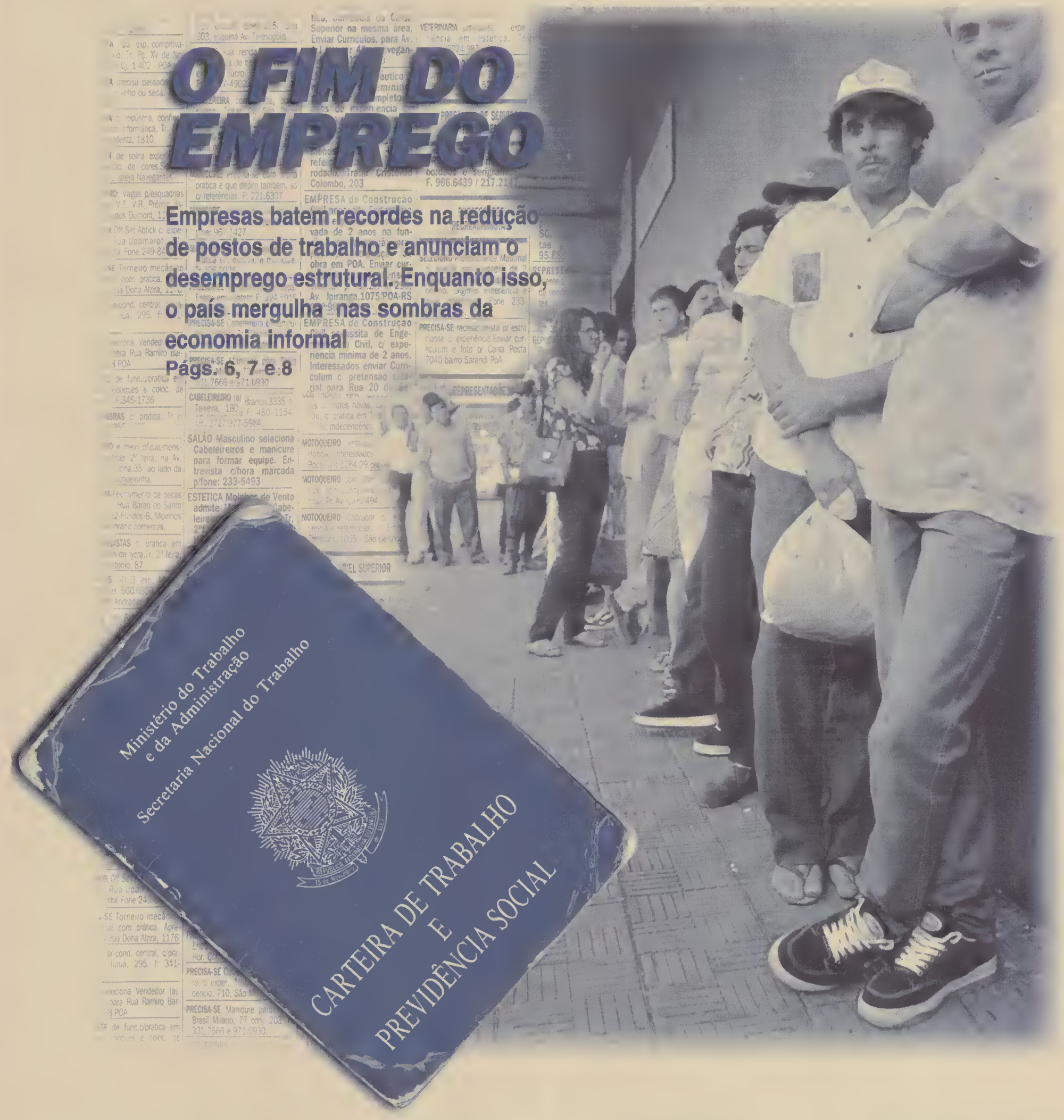
JORNAL DA ADUFRGS | Nº 26 | JANEIRO DE 1998

IMPRESSO
ADUFRGS- Otávio Correa, 45
Porto Alegre/RS - 90050-120

O FIM DO EMPREGO

Empresas batem recordes na redução de postos de trabalho e anunciam o desemprego estrutural. Enquanto isso, o país mergulha nas sombras da economia informal

Págs. 6, 7 e 8



INTELIGENTZIA
Demétrio Ribeiro e Círio Simon animam debate sobre o papel do intelectual na sociedade mercantilista
Pág. 4

CONGRESSO
Em fevereiro, mais de 500 professores se reúnem em Porto Alegre para avaliar os rumos do ensino superior
Pág. 5

DEGUSTAÇÃO
Especialista em Enologia escreve sobre a bebida que é considerada o néctar dos deuses.
Pág. 10

RUMO AO PIRATINI
Tarso Genro inaugura série de entrevistas com os possíveis candidatos ao governo estadual
Pág. 12

Editorial

Vista aérea do ano que passou e das perspectivas para 1998

Fim de ano, começo de ano, se presta sempre para balanços e análise de perspectivas.

Para nós, como cidadãos deste país, 97 termina com as dificuldades de uma política econômica que se mostra frágil. Só que, para azar nosso, esta fragilidade não aparece para a maioria da população como responsabilidade do governo mas como uma fatalidade. Desta forma levamos o ônus do arrocho salarial, do desemprego, do desmonte do serviço público sem o bônus do desmascaramento deste governo anti-social para a maioria da população.

No entanto, 97 foi também o ano de uma tímida mas, esperamos, resoluta retomada das lutas populares. As manifestações de 17 de abril, em Brasília, e a "Marcha dos Sem", em Porto Alegre, são sintomas desta retomada. Nós, da Adufrgs, estivemos presentes, principalmente na segunda manifestação, com decidido apoio material e empenho na convocação do evento.

O sucesso destas atividades parece apontar para a necessidade de concentração de esforços em alguns momentos em que se percebe a possiblidade de maior impacto, em contraposição com a pletora de pequenas manifestações que fazem triste figura no meio da população.

No que se refere à defesa da Universidade, a Adufrgs, junto com algumas secções sindicais da Andes tentou procurar um caminho próprio de revalorização da carreira docente como forma de bloquear a sangria de quadros, proposta derrotada pela obstinação da diretoria da Andes que, junto com a maioria das seções sindicais, identificava nossa proposta como traição do restante do funcionalismo, da classe trabalhadora e, talvez, da nação brasileira.

Parece que pelos últimos documentos da Diretoria, há uma ligeira inflexão e assim a possibilidade de tratarmos a nossa questão salarial como defesa da universidade, nosso dever primeiro como militantes sindicais e cidadãos.

O ano de 97 foi de uma tímida mas resoluta retomada das lutas populares

O ano de 98 é de eleições gerais. Temos a oportunidade de influir na oposição popular para que trate a questão da universidade com profundidade, colocando-a como um dos pilares do desenvolvimento com independência e justiça social. Por outro lado, cabe-nos, junto com o restante do movimento sindical, fazer uma denúncia resoluta deste governo e de sua base parlamentar, responsabilizando-os pelo descalabro do serviço público, pelas dificuldades econômicas e pela exclusão social. Temos que atuar nas bases territoriais de cada deputado que participou dos projetos anti-sociais do governo e responsabilizá-lo perante a população.

Ad nauseam

OBSERVATÓRIO

Aposentados I

Porto Alegre – Mais de 170 docentes aposentados receberam seus contracheques no último mês com apenas 50% do valor a que tem direito, o que tem causado muita indignação na categoria. Já no adiantamento – pago em 22 de dezembro – fora constatada a redução nos valores devidos. As primeiras informações a respeito indicavam que o problema seria solucionado no pagamento do restante da folha de dezembro, o que não aconteceu. A folha de pagamento da Ufrgs, bem como as de todos os órgãos públicos federais do país, é centralizada no SIAFE. Esse é o orgão que deveria dar explicações (e soluções) para o problema, o que também não vem ocorrendo. Diante disso, a Adufrgs pretende ingressar em juízo com mandado de segurança preventivo. Para tanto, já solicitou à Ufrgs a relação dos nomes dos docentes que tiveram problemas em seus contracheques.

Aposentados II

Porto Alegre – No dia 21 de janeiro, a Câmara dos Deputados realiza uma sessão especial em comemoração ao Dia do Aposentado. Na oportunidade, e aproveitando o fato de representantes do MOSAP estarem reunidos em Brasília, será feita uma avaliação das proposta de reforma administrativa e da previdência. Oprofessor Lúcio Hagemann, representará a Adufrgs no encontro.

Precatórios

Porto Alegre – Na primeira quinzena de janeiro, a Adufrgs recebeu a confirmação de decisão favorável ao pagamento de precatórios referentes a diversas ações ajuizadas. Como o número de professores contemplados é reduzido, a associação entrará em contato individualmente com os interessados.

Mapa do estresse

New York – O grau de estresse de uma pessoa já tem como ser medido por diferentes dados do organismo, segundo estudo publicado pela revista "The New England Journal of Medicine". Entre os indicadores estão a pressão sangüínea, o nível no sangue de cortisol (hormônio estimulante), ou os níveis de gordura abdominal. O desequilíbrio no organismo é provocado pela cascata de reações químicas provocadas pelo estresse. O corpo reage produzindo hormônios, substâncias químicas lançadas na corrente sangüínea e que agem em órgãos variados para defender o organismo.

Americano quer clonar humanos

Chicago – Dentro de 18 meses, o primeiro ser humano poderá ser clonado. O anúncio é do cientista de Chicago (EUA) Richard Seed que pretende usar a mesma técnica desenvolvida para produzir uma réplica geneticamente idêntica da ovelha Dolly. PhD em Medicina, Seed deseja copiar 500 pessoas por ano. Ele afirmou que já foi procurado por quatro casais de voluntários que estão dispostos a participar das experiências, que seriam apoiadas por uma equipe de oito pessoas. O cientista admitiu que decidiu revelar seu projeto para atrair os US$ 2 milhões necessários para montar uma clínica de clonagem. Uma semana depois do anúncio, 13 países europeus assinaram o documento histórico que proíbe a clonagem humana.

Desmatamento na Amazônia sob suspeita

Paragominas – A Polícia Federal, o Incra e o Ibama iniciaram uma operação conjunta para reprimir o desmatamento e a violência em áreas destinadas à reforma agrária. Segundo o presidente do Incra, Milton Seligman, a ação teve início na cidade de Paragominas, a 200 quilômetros de Belém do Pará, mas poderá se estender a outros estados. Seligman afirmou que muitos madeireiros aproveitam-se para desmatar áreas de assentamentos. Dias antes de ser desencadeada a operação, a companhia malaia Rimbunan Hijau comprou de uma só vez três das maiores madeireiras da região amazônica: Selvaplac e Magginco, do Pará, e Carolina, do Amazonas. De acordo com o jornal o Globo (10/1), as empresas estrangeiras dominam 60% da extração e 93% das exportações de madeiras na Amazônia Legal brasileira.

Viajar é preciso

Porto Alegre – Viagens de cientistas do Rio Grande do Sul e Argentina serão facilitadas a partir do segundo trimestre do ano. De 1º de março a 30 de maio estarão abertas as inscrições para pesquisadores e técnicos que quiserem contar com recursos adicionais para intercâmbios científicos. Os governos gaúcho e argentino pretendem publicar juntos editais que garantam um total de R$ 60 a 100 mil em 1998 para financiar projetos com intercâmbios de 15 a 60 dias de duração. Os projetos serão avaliados entre junho e julho e as verbas sairão em setembro. Pelo lado brasileiro, as inscrições poderão ser feitas na Secretaria de Ciência e Tecnologia.

ADufrgs

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br **Home Page:** http://www.adufrgs.org.br

DIRETORIA
Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

ADVERSO
Publicação quinzenal
Impresso em papel Ecograph

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görgen
Estagiária: Fabrícia Osanai
Arte: Gilmar Fraga **Diagramação:** Katiuscia Lemos
Revisão: Jorge Barbosa
Tiragem: 5.000 exemplares

A Guerra Santa do Vaticano

Luiz Osvaldo Leite – Diretor do Instituto de Psicologia/Ufrgs

Pergunta – Qual seria o objetivo da Santa Sé em promover no final de 97 um simpósio para analisar questões como anti-semitismo pela Igreja Católica e pela Inquisição?

Resposta – A Igreja julga-se perita em temas sobre o ser humano. Como não é entidade angelical, vive entre homens no mundo e na cultura. Paga tributo por esta inserção. Ao longo da história, acontecimentos dramáticos registraram os limites da trajetória eclesial. Nos tempos atuais, a Igreja tem refletido sobre suas sombras e assumido sua culpa inclusive com pedido de perdão. Inquisição, relacionamento com ortodoxos, protestantes, judeus e muçulmanos promoveram documentos papais e ensejaram assembléias e conclaves. Antes do Concílio Vaticano II, a liturgia da Sexta-Feira Santa cantava: "rezemos pelos pérfidos judeus". Esta oração foi posteriormente eliminada em favor da ação ecumênica.

P – Quais as repercussões (culturais e políticas) dessa iniciativa do Vaticano?

R – Reuniões para exame da problemática têm tido repercussão tanto nas comunidades quanto nos países eventualmente envolvidos; inclusive com conseqüências políticas. O Vaticano acredita na força da razão mas não esquece do envolvimento emocional alimentado pelos preconceitos e que dificultam o entendimento e provoca desastres como os recentes registrados no Egito e em Israel.

P – A histórica intolerância entre judeus, católicos e islâmicos pode ter características políticas?

R – A histórica intolerância entre judeus, católicos e islamitas evidentemente tem características políticas profundamente enraizadas em dois mil anos de História. Com os conflitos políticos também é resultante de um emaranhado cultural difícil de desatar.

Algo más que Tequila

Ignácio Sosa – Professor na Universidad Nacional Autonoma de Mexico (UNAM)

Pergunta – Qual é a situação salarial dos professores universitários no México?

Resposta – Temos que distinguir o que é salário e o que é estímulo. O salário é pequeno, porém as bolsas, como estímulos, são maiores. A cada três anos somos avaliados, ocasião em que pode-se subir de categoria ou baixar. Eu, que estou quase na cúspide da carreira acadêmica, ganho de salário aproximadamente US$ 1 mil, e de bolsa US$ 1.100. Tenho ainda outro estímulo de US$ 500, o que totaliza aproximadamente US$ 2.600. Um professor que chega à cúspide, bem avaliado e produtivo, deverá ganhar em torno de US$ 4 mil. Além disso, no México não existe carga horária de 40 horas. É de 20 horas ou Professor de Carreira, que aqui seria a Dedicação Exclusiva.

P – E o papel da extensão nas universidades mexicanas?

R – A UNAM publica 1,5 livro por dia e cerca de 500 livros por ano. Apóia teatros, equipes de futebol, orquestra sinfônica, etc. A universidade tem que realizar, segundo o modelo definido por Ortega y Gasset, atividades de pesquisa, ensino e extensão. Uma peculiaridade da UNAM é que o aluno tem que realizar serviços sociais antes de graduar-se para receber título. Tem que retribuir à sociedade o investimento feito. Mas isso não é considerado extensão, que é feita de forma a levar cultura e a produção acadêmica às áreas que não são universitárias. O serviço social se dá, por exemplo, com jovens estudantes de direito que têm que prestar assessoria jurídica a mulheres que sofreram violência ou a trabalhadores demitidos, por exemplo. Isso é muito criticado e a onda privatizadora tratou de arrasar com isso. Um estudante de medicina tem que sair por um ano e sobreviver com o salário que a comunidade lhe paga. Pode ir para Chiapas ou Guadalajara ajudar nos partos, por exemplo.

P – Existe incentivo para os docentes publicarem?

R – No méxico, já se adota um conceito utilizado no EUA: ou publicas ou pereces. Não existe mais a figura do professor da cátedra, que só dava aulas, e aquele que pesquisava. Agora, tem que dar aula e pesquisar. Se vou publicar, tenho que submeter a uma comissão editorial. Há uma competição feroz porque todos querem publicar e tem muito de controle político e clientelismo.

P – Quem escolhe o dirigente da UNAM, umas das principais universidades mexicanas?

R – Essa é uma boa pergunta, porque mostra as sutilizas do sistema político. Nomeia o reitor o que chamamos de Junta de Governo, que é um grupo de notáveis escolhidos pelo Conselho Universitário. É um sistema complexo porque o reitor é o chefe do Conselho Universitário. Há um sistema de balança e contrabalança. As pressões são dos sindicatos, dos professores organizados, do governo, etc. Mas a junta está estruturada para resistir a essas pressões e desde 1944, quando se consolidou esse modelo, tem-se conseguido manter autonomia. O Conselho Universitário tem representação de alunos, docentes e funcionários mas não há paridade.

P – Quem chega à universidade?

R – O que no Brasil se chamaria de classe média. São os filhos de professores, profissionais liberais, trabalhadores privilegiados. A população indígena e o proletariado, não. A universidade é uma válvula de mobilidade social porque a sociedade mexicana é muito estratificada, não é como aqui no Brasil. É uma estratificação brutal e a única possibilidade de ascensão é através da educação. Em razão disso a demanda social para ingressar na universidade é muito grande. O processo de seleção é através de exame de conhecimento, elaborado pelo Estado.

Ditos & Pitos

"Se está com desejo sexual, estupra; mas não mata".
Paulo Maluf, num debate em Belo Horizonte, durante campanha presidencial em 14/7 de 1989.

"Assumo provisoriamente, o Governo da República".
Getúlio Vargas, no discurso ao empossar o Governo Provisório, 3 de novembro de 1930.

"Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos".
Artigo 1º do decreto de GetúlioVargas, no início do Estado Novo, em 2 de dezembro de 1937.

"Eu agi sozinho, mas talvez com Deus".
Yigal Amir, estudante judeu que confessou ter assinado o premiê israelense Yitzhak Rabin, em maio de 1995.

"Não há tortura no Brasil".
Alfredo Buzaid, ministro da Justiça, em 1970.

"Eu acho que esse scotch, eles não têm aqui. Por que você não pede outra marca?"
De uma senhora da sociedade carioca, frequentadora das colunas sociais, ao ouvir de um rapaz da sociedade afirmar que estava faltando no Rio de Janeiro um Scott Fitzgerald.

Brasilianas

Reforma administrativa

O rolo compressor governista conseguiu aprovar no último dia 15, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por 17 votos contra 3, o projeto da Reforma Administrativa. A emenda será enviada agora para votação em Plenário, no dia 10 ou 11 de fevereiro. Segundo o governo, as mudanças no funcionalismo poderão gerar uma economia anual de R$ 10 bilhões para os cofres públicos a partir do próximo ano.

Devedores do INSS

O deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) divulgou na quinta-feira (15) a lista dos 100 maiores devedores do INSS. A idéia é convencer os parlamentares de que o governo estaria mentindo ao afirmar que a Previdência terá um déficit de R$ 8 bilhões este ano, caso a reforma não seja aprovada.

Senado separa militares de civis

Por 65 votos a 8, o Senado aprovou no dia 13, em primeiro turno, Proposta de Emenda Constitucional que distingue militares dos demais servidores públicos. A emenda vai a segundo turno no dia 21 e, se aprovada, permite ao governo estabelecer política salarial própria aos militares.

Candidatos a patrão

O governo tenta desburocratizar abertura de empresas. Facilidades iniciaram a partir da publicação da MP 1.638, aprovada no início de janeiro pelo Congresso, que desobriga as pequenas e micro empresas do pagamento de algumas taxas. Mas candidatos a patrão ainda enfrentam calvário para registrar firmas.

Mudanças no novo código de trânsito

A Câmara dos Deputados aprovou mudança no novo código de trânsito que reduz de 60 para 30 dias o prazo para notificar o motorista infrator. Parlamentares voltaram a incluir o exame psicotécnico para habilitação do motorista. As mudanças precisam ainda ser aprovados no Senado.

Financiamento da pesquisa acadêmica

Com a divulgação de que o Congresso Nacional deverá gastar R$ 9,5 milhões para custear a convocação extraordinária, comparações oportunas não poderiam passar em branco. Segundo o professor Roberto Franco, do Instituto de Física de Universidade de São Carlos, o mesmo valor manteria 434 cursos de mestrado ou 142 de doutorado. No cálculo de Franco, publicado pelo Jornal da Ciência E-Mail, estão incluídas as bolsas e taxas de bancada.

Inadimplência nas privadas é de 25%

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Particulares (Consenen) divulgou no mês passado que a inadimplência nas universidades privadas chegou a 45% em 1997. Mas isso ocorreu em algumas instituições do Nordeste. De acordo com a Consenen, a média nacional ficou em 25% e em São Paulo atingiu 35%. Na Universidade Bandeirante o balanço revelou que o não-pagamento aumentou de 25%, em 96, para 40% no ano passado.

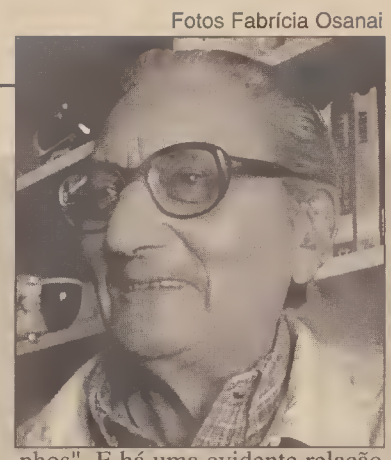
Pelos números da entidade ficou constatado que o perfil do devedor também está se modificando. Do inadimplente eventual, que deixava de pagar as mensalidades por problemas circunstanciais, passou-se a enfrentar o não-pagador crônico, aquele que deve sistematicamente aos cofres das universidades.

Fonte: Agência ANDES/SN

Correção

Cartaz utilizado para divulgar o seminário "Imprensa reitora da Sociedade? – a ética da informação na sociedade democrática em debate", realizado pela Adufrgs no dia 10 de outubro de 97, utilizou reproduções dos jornais Zero Hora, Correio do Povo e Jornal do Comércio.

Fotos Fabrícia Osanai



Demétrio Ribeiro – professor Emérito da Ufrgs

A liberdade intelectual do docente na sociedade mercantilista

A resposta da Professora Celi Pinto às perguntas deste jornal, publicada no número da primeira quinzena de dezembro, equaciona com tal clareza a questão do papel do intelectual na sociedade, que é um convite a continuar a discussão do tema.

Efetivamente, não se trata de determinar qual deve ser a missão do intelectual a partir de valores predeterminados, nem de assumir a tradicional ficção do intelectual como detentor do saber. Deve-se começar por entender o que vem a ser um intelectual e através de que processos um indivíduo se transforma em intelectual e atua como tal.

A experiência parece indicar que tudo começa numa capacidade que o indivíduo tenha de sentir prazer, prazer no pleno sentido do termo, em compreender e explicar. Dizia Renan "cansamo-nos de tudo menos de compreender". (Comte, por sua vez, disse que até de compreender nos cansávamos, só não nos cansávamos de amar.) Não se cansar, encontrar um prazer sempre renovado em compreender e em explicar, eis a base individual sem a qual não existe intelectual de tipo algum.

A predisposição pessoal, biológica talvez, não basta evidentemente. Educação, instrução e circunstâncias devem concorrer, ou pelo menos permitir, à atualização do potencial individual. Todo indivíduo que se realiza tentando compreender e tentando fazer compreender é, de uma forma ou de outra, um intelectual. As suas qualidades éticas e as suas opções ideológicas dependem de muitos outros fatores presentes na formação de sua personalidade social. O fato é que a sua ação sempre favorecerá a prática da reflexão e da discussão em torno dele. É desnecessário insistir na importância disso no momento atual, especialmente num país como o nosso...

O exercício livre do prazer de compreender, de explicar e de discutir é portanto, e por si só, parte necessária do processo civilizatório cotidiano. Daí a importância de se pensar um pouco sobre a liberdade do intelectual, no sentido que se está dando aqui ao termo. E a liberdade só se enxerga percebendo as ameaças e limites que a cercam.

Os intelectuais que não dependem de seu trabalho intelectual para a sua sobrevivência são minoria. Estão livres nos períodos de legalidade, pelo menos, de ameaças à sua liberdade. São pessoas abastadas ou titulares de posições remuneradas sólidas, ou que exercem atividades lucrativas paralelamente a sua produção intelectual.

O intelectual típico depende economicamente do seu trabalho intelectual. Nisso residem as ameaças e limitações potenciais ou atuais à sua liberdade. As formas mais evidentes disso são os casos de intelectuais empregados cuja estabilidade depende das opiniões do empregador. Os jornalistas são o exemplo clássico. Algo parecido pode acontecer com professores de certas instituições privadas.

Mas a liberdade do intelectual enfrenta perigos menos evidentes e por isso mesmo talvez mais graves em decorrência da competição universitária, editorial, de prestígio ou de qualquer outra natureza.

Como sujeito econômico numa sociedade competitiva e mercantilizada, o produtor intelectual depende do reconhecimento dos seus méritos, do interesse suscitado pela sua produção, de sua capacidade de se fazer notar. Depende, portanto, em última análise, do mercado. É inevitável que se processe algum tipo de marketing em seu subconsciente, o que pode influenciar, à sua revelia, o próprio sentido da sua linguagem e até do seu pensamento.

Uma conseqüência fatal da luta intelectual por um lugar ao sol é a crescente especialização, principalmente no meio universitário, e não há como negar que a dinâmica da especialização tende a minimizar a visão dos fatos em seu contexto, traço essencial da inteligência.

São devastadores os efeitos da competição intelectual sobre a formação dos jovens. Na atividade docente, todas as injunções da competição econômica vêm atuando de forma irresistível.

O hiato sistematicamente estabelecido entre o nível médio do ensino e o ensino superior cria um mercado garantido para a atividade comercial dos "cursinhos". E há uma evidente relação entre esse fato e o abandono da clareza e da simplicidade na exposição e nos processos de avaliação. O estudante, destinado a depender de orientação adicional paga para atingir a condição social de universitário, prepara-se a responder a perguntas feitas para confundi-lo, e aprende a ver no diálogo intelectual não um concurso de inteligências mas um duelo escolástico em que a inteligência e a clareza são de pouca valia, em comparação com a memória e os antecedentes culturais familiares.

O universo intelectual que o adolescente deve percorrer para "subir na vida" não pode, nas condições atuais, construir uma personalidade intelectualmente madura e responsável. É um itinerário confuso, semeado de armadilhas em que só raramente, ou nunca, se abre um horizonte filosófico.

Círio Simon – professor do Departamento de Artes Visuais da Ufrgs

Os intelectuais e a Universidade

O intelectual sempre foi o agente conservador e acumulador simbólico. Com sua especificidade, se torna categoria em separado. Na divisão de tarefas, o trabalho intelectual é confiado aos que se colocaram acima ou que estão superados pelo sistema produtivo e lucrativo.

A Universidade foi uma criação ocidental a partir da escola bizantina-monástica, constituindo-se numa instituição que escolheu estar fora da ação e do lucro. Na realidade, nas maioria das vezes, foi excluída do sistema produtivo. A Universidade e o intelectual se identificaram e estabeleceram uma aliança com tal amplitude e profundidade que a crise de um é a do outro. Contraditoriamente, desejam ser alimentados pelo sistema produtivo, acima do qual se proclamam ou foram atropelados.

A falta de uma resposta adequada para fechar a equação entre o sistema produtivo vigente, o intelectual e o seu suporte institucional neurotiza essa relação. Essa tensão, sem resposta e sem solução a vista, é o horizonte atual do intelectual.

A civilização produtiva, reconhece-se e modifica-se através de ações e obras mais do que por pensamentos abstratamente colocados acima e fora do mundo empírico. O pensamento do intelectual só é socialmente aceito se corresponde a um objeto ou ação concretamente presentificado.

Colocados em cheque , há necessidade de fazer várias escolhas. Toda escolha é uma perda. A escolha mais contundente e aversiva, para o intelectual e a universidade, é o retorno a sua origem etimológica (scwlh): a escola como lugar do ócio. O intelectual e a universidade possuem, nessa opção, o seu ponto de apoio mínimo no mundo real produtivo: é a perda da ação, das obras e da aprovação social. O ganho, dessa escolha, do lugar acima e fora da civilização, é a escolha da autonomia do intelectual. Para a universidade é uma escolha suicida e um retorno ao Convento medieval auto-suficiente. O Estado iluminista burguês tentou corrigir a profunda e total subordinação do indivíduo medieval à instituição escolar, imposta pelo modelo monástico. A autonomia do pensador pós-iluminista coloca em cheque a instituição universitária de concepção medieval, mas não consegue lugar adequado para o indivíduo pensador, tornado autônomo. Tanto isso é verdadeiro que o projeto jesuítico, calcado na soberania institucional da escola sobre o indivíduo, não foi substituído por uma escola iluminista que pudesse institucionalizar o pensador iluminista.

Essa crise, do lugar adequado para o pensador, foi oportunamente solucionada pelo Estado industrial. Com a sua linha de montagem da produção serial, encontrou um lugar para o intelectual no gerenciamento dessa linha de montagem para ser o burocrata e advogado desse modelo. O intelectual burocrata desse sistema passa a ter uma dupla personalidade: administrador intelectual. No sentido militar, passa a ser um estrategista da produção linear. Deve renunciar a sua alma, vocação e identidade. Goethe, com o seu Dr. Fausto, desnuda o indivíduo, dividido entre o mundo concreto de uma ciência que se abre esplendorosa e cheia de promessas e transcendências parciais, contra o indivíduo educado nas promessas e ameaças medievais.

O Estado pós-industrial desinteressou-se da linha de montagem. A larga possibilidade da linha de produção comandada por sistemas randômicos, os postos burocráticos e a obsolescência programada, tornam obsoletas as instituições do período industrial, enquanto se multiplicam os papéis e as personalidades dos seus agentes. As verdades, fabricadas pelo marketing, reduziram e vulgarizaram todo e qualquer discurso proveniente da lógica da era industrial anterior. Intelectual e Universidade tornam-se virtuais e passíveis de uma ficção da fábrica dos 'efeitos especiais'.

O intelectual, na aparente conquista de sua autonomia, através da virtualidade, começa um violento jogo de espelhos nos quais revelam-se seres nunca antes vistos. A materialidade de intelectuais clonados através de conhecimentos enciclopédicos, geram onipotentes sem a menor condição de prestar atenção ao jogo do qual é criatura é vitima. A universidade, à medida que alimenta esse jogo, é odiada e amada, culpada e perdoada. Sintonizada num mundo em fragmentos, só é capaz de reproduzi-los. A busca de um grande projeto de utopia, confunde-se com um projeto de transcendência mística, nas circunstâncias geradas pelo meio virtual. As ferozes ideologias que emanam de um mundo sem esperança de permanência, do seu projeto fundante, são passíveis de serem gerados no mundo virtual através de clones de universidades franqueadas e legitimadas pelo sistema burocrático estatal e administradas por pseudo-intelectuais imunizados de críticas.

Diante dessas anomalias, resta refletir sobre a escolha que os intelectuais gregos tiveram de fazer no momento fundador da civilização ocidental. De um lado está o indivíduo amigo do saber sem qualquer adjetivo(filósofo). Do outro, está o que vai até a praça vender o seu saber (sofista). Sua ação vai ser ainda mais eficiente se encontrar o mercado já funcionando. A sua crise está 'resolvida' pelas parcerias de ocasião.

O filósofo, do alto de sua colina, contempla a pólis das contradições do sofista. Ele sabe, de antemão, que poucos irão procurá-lo na sua solidão, antes que essas contradições se tornem fatais para a polis do sofista.

Universidade busca saída para crise financeira

Evasão de pessoal e falta de recursos para custeio e manutenção já ameaçam o funcionamento da Ufrgs

Fotos Fabrícia Osanai

Administração, professores, técnico-administrativos e alunos criticaram descaso do governo FHC

Comunidade acadêmica lotou a Sala dos Conselhos e propôs a redução das atividades da Ufrgs

Baixos salários, orçamentos reduzidos, aposentadoria em massa de professores e servidores técnico-administrativos e má conservação de prédios e laboratórios são os elementos comuns à maioria das 52 instituições federais de ensino superior (Ifes).

Dito assim, esse quadro sombrio parece retórica sindicalista. Mas o assunto extrapolou as esferas sindicais e atingiu todos os segmentos da comunidade universitária. "O que era uma questão sindical tornou-se uma questão administrativa", declarou a reitora da Ufrgs Wrana Panizzi para cerca de 200 professores, servidores técnico-administrativos e alunos que lotaram, no dia 10 de dezembro, a Sala dos Conselhos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para participar da Assembléia Universitária. O encontro, transmitido ao vivo pela Rádio da Universidade, ocorreu no Dia Nacional em Defesa da Universidade Pública e serviu como forma de protesto e denúncia ao tratamento dispensado pelo governo federal ao ensino superior público. A saúde financeira das universidades é tão precária que faltam recursos até para rubricas como Custeio e Manutenção. Demonstrando não estar muito preocupado com o assunto, o governo federal acenou em dezembro com apenas um quarto do montante necessário.

Sem verem perspectivas de saída para a crise – que já ameaça o funcionamento da instituição –, os participantes da assembléia propuseram a redução das atividades de ensino, pesquisa e extensão enquanto o orçamento não cobrir as despesas da instituição.

Diáspora docente

A constante perda de profissionais altamente capacitados em face dos baixos salários foi um dos pontos mais discutidos na reunião do dia 10. Somente no último ano, 180 professores – a maioria mestres e doutores com dedicação exclusiva – deixaram a sala de aula devido à penúria salarial. Desde 1989, a Ufrgs perdeu 17% de seu quadro de docentes.

Para a comunidade acadêmica, uma constatação é irrefutável: a perda de cérebros pelas universidades públicas compromete a capacidade das instituições atuarem como pólos de promoção do desenvolvimento. A Ufrgs, com estrutura formada por quatro campi, mais de 300 prédios em 350 mil metros quadrados de área construída, é parte fundamental no desenvolvimento de vários setores da economia gaúcha, como informática, agricultura e petroquímica.

Ao final da assembléia universitária, os participantes decidiram desencadear uma campanha para sensibilizar a sociedade gaúcha sobre a necessidade em defender a manutenção da universidade pública e gratuita. A idéia é conclamar a população alertando para o compromisso social, ético e político das instituições públicas. Na opinião da reitora da Ufrgs, essa é a questão fundamental quando o assunto é educação. "Um país como o nosso não pode prescindir de instituições públicas de ensino pautadas pela gratuidade, sejam universitárias ou de ensino básico", salientou Wrana.

Porto Alegre vai sediar encontro nacional de docentes universitários

Nos dias 6 a 11 de fevereiro, Porto Alegre se tornará ponto de referência nacional na discussão sobre o futuro da universidade brasileira. Mais de 400 professores das principais universidades do país vão desembarcar na capital gaúcha para a realização do XVII Congresso do ANDES, entidade que representa mais de 70 mil professores universitários. O Congresso é a instância deliberativa máxima do sindicato e se realiza uma vez por ano. Em 98, o tema do encontro tem como chamada-título "Universidade! – Nada mais a perder, todo um mundo a ganhar!". Entre vários outros assuntos, o evento vai colocar em pauta questões como a qualidade do ensino universitário e a democratização de sua gestão; manutenção e ampliação do ensino gratuito; padrão unitário de qualidade entre ensino, pesquisa e extensão; e direito à liberdade de pensamento e de organização.

Com a incumbência de realizar o XVII Congresso em Porto Alegre, a Adufrgs iniciou os primeiros contatos ainda na metade do ano passado. As relações-públicas Andréa Athaydes e Elaine Benfica foram contratadas pela associação para planejar e executar as atividades de organização do evento. Para a divulgação, foram confeccionados cartazes, folders, convites e várias outras peças. Uma das preocupações durante todas as fases da organização foi a tentativa da máxima redução de custos, que serão depois rateados entre todas as associações de docentes que participam do evento.

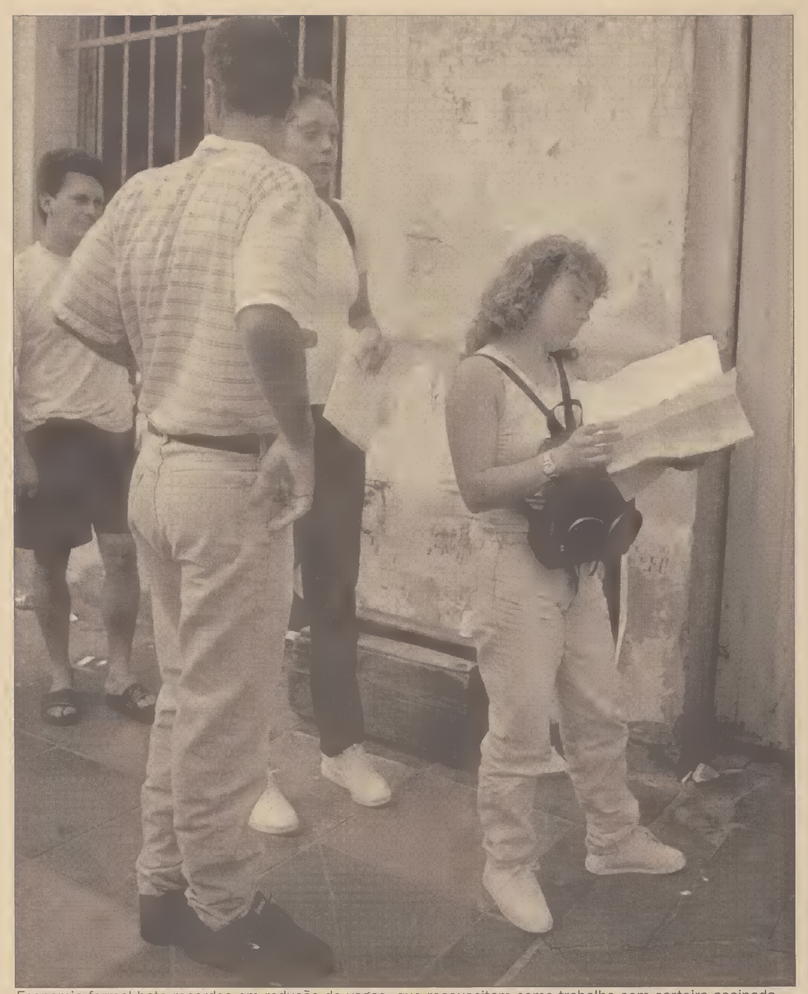
O que é o ANDES/SN

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) é a estrutura básica da organização dos professores universitários na defesa dos seus direitos e na luta por uma educação que atenda às necessidades da maioria da população brasileira. É integrado por 93 Seções Sindicais organizadas em cada instituição de ensino superior. As Seções Sindicais têm autonomia política, financeira, administrativa e patrimonial. O Andes, dirigido por uma executiva com 77 membros distribuídos por todo o país, é composto de docentes de universidades federais, estaduais, municipais e particulares.

Cronograma e pauta do XVII Congresso

	06/02 Sexta	07/02 Sábado	08/02 Domingo	09/02 Segunda	10/02 Terça	11/02 Quarta
9:00	Seminário Credenciamento	Plenária de Instalação	Grupo Misto Tema II	Grupo Misto Tema III	Plenária Tema II	Plenária Tema III
14:00	Seminário Credenciamento	Tema I Plenária Inicial	Grupo Misto Tema II	Grupo Misto Tema III	Plenária Tema II	Plenária Tema III
20:00	Plenária de Abertura	Livre	Grupo Misto Tema II	Livre	Livre	Plenária de Encerramento

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura — Tema II: Políticas Públicas, Movimento Sindical e Setores — Tema III: Questões Organizativas e Financeiras



Economia formal bate recordes em redução de vagas, que ressuscitam como trabalho sem carteira assinada

A NOVA FACE DO DESEMPREGO

Os milhões de desempregados que engrossam as estatísticas do mercado de trabalho no Brasil fazem parte de uma nova realidade nacional. No lugar de carteira assinada, eles tiveram seu emprego assassinado. Vagas que existiam ontem estão sendo fechadas e sofrendo mutações inéditas hoje. Como há muito não acontecia, o desemprego estrutural, aquele que independe do desempenho do setor produtivo, toma conta do país. Para se adequarem a este novo paradigma, as empresas irão poupar o dobro da mão-de-obra de qualquer ajuste anterior. Os cortes começaram tímidos. Nos próximos anos, demissões em massa prometem modificar totalmente o perfil da economia mundial.

Por James Görgen

Trabalhadores, empresários e governo estão preocupados com o desemprego no Brasil. Mas não falam a mesma língua. Enquanto uns dizem que a crise é conjuntural, filha do cruzamento das altas taxas de juros com o pacote econômico, outros culpam a modernização das linhas de montagem e a informatização desenfreada pelo fechamento de milhares de postos de trabalhos nos últimos anos. Vagas que não serão abertas novamente. Ao contrário do que sempre aconteceu no país, o emprego que está morrendo agora poderá até ressuscitar. Só que nunca mais será o mesmo.

A economia formal, que gera trabalho com carteira asssinada dentro de empresa que paga impostos, vem batendo recordes em redução de vagas. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada todo mês pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), 16,6% da população economicamente ativa da Grande São Paulo estava desempregada em novembro. No Rio Grande do Sul, os números são menores. Em novembro, a PED registrou uma taxa de 12,3%, com 187 mil pessoas desempregadas.

Migração de Vagas

Para as economistas Irene Galease, da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) e Lúcia Garcia, do Dieese, em 1997 a PED registrou um fato que aponta uma mudança significativa no mercado de trabalho. Nos anos anteriores, os níveis de emprego começavam baixos mas voltavam a crescer entre julho e agosto. No ano passado, as taxas só aumentaram em outubro. "Foi uma recuperação tardia", constata Garcia.

Resta saber quantos postos de trabalho podem ser recuperados ou como vem se ocupando esta massa de desempregados desde a estabilização da moeda. "Do plano Real para cá, a média do emprego aumentou mas foi puxada pela informalidade", atesta o professor de Economia Brasileira da Ufrgs, Flávio Fligenspan. Acompanhando as evoluções e retrações do mercado de trabalho desde o final da década de 80, o economista fez um comparativo, baseado na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que comprova o êxodo regular de trabalhadores legais para a economia informal.

De acordo com os dados do IBGE, de julho de 1992 a setembro de 1997, o emprego evoluiu em média 9,7%. No mesmo período, a ocupação de funcionários sem carteira assinada cresceu 24,1%, quase três vezes a média do período. O número de trabalhadores que sobrevive por conta própria aumentou em 22,2%. Enquanto isso, o índice de empregados com carteira assinada caiu para 0,1% em mais de cinco anos. "O pior é que dá para dizer que se trata de uma tendência", afirma o economista..

Observando as estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho, Fligenspan totalizou de forma inédita o número de vagas extintas ou abertas nos diversos setores da economia. De 1990 a 1995, a Indústria fechou 1.310.984 postos. Número semelhante (1.303.138) de empregos foi criado nos Serviços. Ao mesmo tempo, o Comércio abriu 180.703 vagas e a Construção extingüiu 151.761. No total, o saldo oficial de empregos ficou em 21.096 vagas criadas. "Em seis anos, entraram mais ou menos 1,5 milhão de pessoas no mercado de trabalho", compara o professor da Ufrgs para comprovar o crescimento da economia informal.

O homicídio do emprego

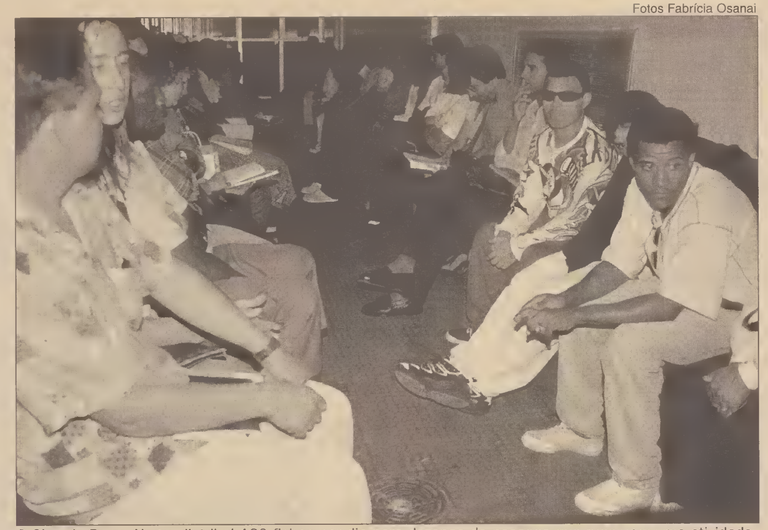
Estes números só mostram o que todos já sabiam, dirá um leitor mais apressado. Nas entrelinhas, porém, é possível perceber uma variável que transforma o cenário atual em um fantasma mais assustador do que o desemprego, subproduto da carestia nas décadas passadas. Nos últimos anos, a vaga que morre no setor industrial ressuscita nos Serviços como um balconista de loja de R$ 1,99, uma manicure para um salão de beleza ou um pedreiro trabalhando em uma obra temporária. "Não existe expectativa de que o emprego formal vá contratar", prevê Fligenspan. "Desde a abertura da economia dos anos 90, as empresas não voltaram a contratar", diz a economista do Dieese.

Pelo contrário. Com o anúncio do pacote de ajuste fiscal, muitas empresas aproveitaram para fazer seu próprio ajuste aos tempos de globalização. Pela cartilha dos papas do neoliberalismo, o capitalismo desenvolvido precisa de duas ações iniciais para se adequar aos novos tempos de competição internacional: enxugar e modernizar. E assim vem sendo feito. Com redução de jornada, férias coletivas, corte de salários e demissão voluntária, a indústria automobilística foi um dos últimos ramos da economia nacional a participar do homicídio do antigo conceito de emprego.

Tanto no pátio das fábricas da Volkswagen quanto no das unidades da Ford ou da Fiat, o assunto é terceirização e flexibilização de contratos. Na montadora de origem alemã, o programa de demissões voluntárias começou na primeira semana de janeiro com a idéia de desligar de 5% a 10% dos 31,5 mil funcionários da empresa. Graças à adesão dos aposentados, que continuavam trabalhando na empresa, em 23 dias o número de desligamentos chegou a 4.062 ou a 12,89% do total de funcionários. Mais de um quarto dos que aderiram ao programa (1,1 mil) eram aposentados especiais, que seriam substituídos em até um ano. Passando para a inatividade, depois de atuarem em situação de risco de vida, eles permaneciam na empresa.

Muitos economistas acreditam que a quebradeira dos tigres asiáticos e a alta dos juros no mercado interno foram apenas pretextos usados pelos setores que precisam cortar centenas de postos de trabalho. E de uma coisas eles têm certeza: o assassinato em massa do emprego formal está apenas começando.

Fotos Fabrícia Osanai



O Sine de Porto Alegre distribui 120 fichas por dia para dezenas de pessoas que procuram uma atividade

Seguro sustenta o Natal e a expectativa dos gaúchos

Manhã nervosa no centro de Porto Alegre. É uma terça-feira, antevéspera de Natal. Enquanto muita gente se prepara para comemorar a principal data do calendário cristão, menos de cinco pessoas têm ânimo suficiente para aguardar uma chamada nos bancos de madeira da sede do Sistema Nacional de Emprego (Sine) gaúcho. Os que deixam o orgulho de lado para enfrentar o balcão do desemprego, na avenida Mauá, têm um motivo muito forte: precisam encaminhar os papéis para receber as parcelas do seguro-desemprego.

Na ordem de pagamento de R$ 228 do benefício federal pode estar o mirrado Natal da família do torneiro mecânico Sérgio Delmar Farias, 45 anos, 15 de profissão. Demitido no dia 24 de novembro de uma metalúrgica onde trabalhou por oito meses, o pai de três filhos decidiu ir até o Sine depois que sua esposa também foi colocada na rua. Ela era operadora de máquina em uma conhecida fábrica de chocolates de Porto Alegre e foi demitida em uma leva de 60 operários.

De um total de 30 funcionários, sete colegas de Farias também foram mandados embora da empresa. "O cara pensa que está empregado e de repente está na rua", surpreende-se o torneiro mecânico. O motivo da demissão ninguém ficou sabendo ao certo. "Falaram que tinha pouco serviço", explica. Aguardando a primeira parcela do seguro-desemprego para o dia 7 de janeiro, Farias passou seu primeiro mês de desempregado fazendo biscates como pedreiro. Esta é a saída encontrada para completar o salário antigo. Empregado, o casal tinha um orçamento de R$ 774. Com as parcelas do seguro, não passará de R$ 460 mensais.

Com duas filhas e a esposa para sustentar, o pedreiro Deli Freitas de Ataídes, 44 anos, não precisa trocar de profissão enquanto espera uma nova obra com carteira assinada. Nos "bicos" de construção que faz por fora do emprego formal, o pedreiro consegue sobreviver melhor do que nos meses de trabalho fixo. "O serviço por conta dá para tirar mais", conclui. Como operário da construtora, onde trabalhou até o dia 12 de novembro, Ataídes recebia R$ 1,38 por hora, cerca de R$ 80 por semana. Com a parcela do seguro, sua remuneração será de R$ 57 por semana.

O cozinheiro de hotel Edemar Bandeira Silveira, 36 anos, não pode nem contar com este alento porque é um desempregado informal. Quatro dias depois do Natal e três meses após a demissão, sua carteira de trabalho continuava sem o registro oficial da rescisão. Sem este procedimento, Silveira não está formalmente desempregado e, portanto, não pode entrar com o pedido do seguro. "Eu tenho estabilidade sindical e eles não poderiam me demitir até 1999", afirma o cozinheiro. Ele procurava uma oferta de trabalho na bolsa de empregos do Sine, 120 fichas diárias são distribuídas para pessoas que estão procurando emprego.

Como possuía seis anos de empresa, Silveira acabou sendo colocado no olho da rua com estabilidade a sindical. Sem saber da garantia legal, o gerente do hotel usou um subterfúgio e contratou um funcionário mais novo. "Ele me afastou por licença de saúde e eu fiquei recebendo pelo INSS. Acabei perdendo meu direito a férias", lamenta. "Quero ver quando acabar o prazo da licença e eu voltar para trabalhar", diz.

Carteira assinada está virando supérfluo

	Set 92/93	Set 93/94	Set 94/95	Set 95/96	Set 96/97
População ocupada	1,2%	4,5%	0,6%	4,5%	-1,12%
Com carteira	1,1%	-0,2%	-1,0%	1,1%	-0,5%
Sem carteira	2,0%	11,9%	1,0%	7,2%	-1,3%
Conta própria	1,8%	8,1%	1,5%	9,3%	-0,3%
Empregadores	-2,4%	4,3%	10,5%	0,1%	-5,0%

Fonte: PME/IBGE, com ajuste sazonal de Flávio Fligenspan

Brasil repete o século passado

Há cerca de um século o Brasil não enfrentava a extinção de tantos postos de trabalho motivados por um fato irreversível. Desde que se industrializou, o país seguiu um modelo de sistema produtivo onde o emprego surgia e desaparecia conforme os altos e baixos da economia. Para os economistas, este fenômeno é conhecido como desemprego conjuntural. Os trabalhadores ficavam desocupados até que as empresas voltassem a crescer. Plantas industriais defasadas, capacidade de produção ociosa, mão-de-obra desqualificada e mercado doméstico cativo facilitavam as coisas. Parecia que sempre seria assim.

Mas as coisas mudaram. Na virada do século XIX para o XX, o Brasil fez a sua Revolução Industrial. Os barões do café passaram a importar equipamentos obsoletos para investir na indústria. Encontraram um povo ligado ao campo, despreparado para lidar com tanto maquinário.

Desemprego conjuntural

Sem se preocupar com o futuro e achando que pesquisa tecnológica era sinônimo de prejuízo, os industriais brasileiros deram início a um ciclo de empreendimentos poupador de mão-de-obra. Foi a primeira crise de emprego, em que a transição de um meio de produção para outro causou a instabilidade.

Com a implantação da indústria de bens de consumo dentro da política de substituição de importações, na segunda metade dos anos 50, o desemprego conjuntural começou a se tornar crônico. Para produzir automóveis, eletrodomésticos, abrir estradas e construir refinarias de petróleo, siderúrgicas e usinas hidrelétricas, os empresários novamente importaram plantas industriais e equipamentos que estavam virando sucata no Primeiro Mundo do pós-guerra. "Neste período, quem realmente absorveu mão-de-obra foi a construção civil", diz o professor de Economia Brasileira da Ufrgs, Flávio Fligenspan.

Enquanto a população crescia a taxas de 3% ao ano e começava a se interessar pelo conforto da zona urbana, o número de empregos gerados na indústria era pequeno, proporcional ao número de consumidores que tinha acesso às maravilhas do mundo moderno.

No início dos anos 60, quando as plantas começavam a operar a pleno vapor, ocorreu um desaquecimento da economia. Durante sete anos, as taxas de crescimento ficaram perto de zero e o desemprego se tornou insustentável. Veio a Ditadura Militar. Juntamente com o Ato Institucional número 5, que oficializou a tortura em 1968, nasceu o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Conhecido como o pai do Milagre Econômico, o I PND concentrou-se no crescimento da economia com geração de emprego.

O Brasil era um verdadeira China atual, no início dos 70. Em determinados anos, o Produto Interno Bruto (PIB) crescia 11%. Tanto crescimento acabou explodindo com a Crise do Petróleo, em 1973. Para sustentar o desenvolvimento, o governo do general Ernesto Geisel nadou contra a maré e lançou o II PND. As obras no setor de matérias-primas (papel e celulose, borracha e plásticos, siderurgia) bancaram uma nova retomada do emprego.

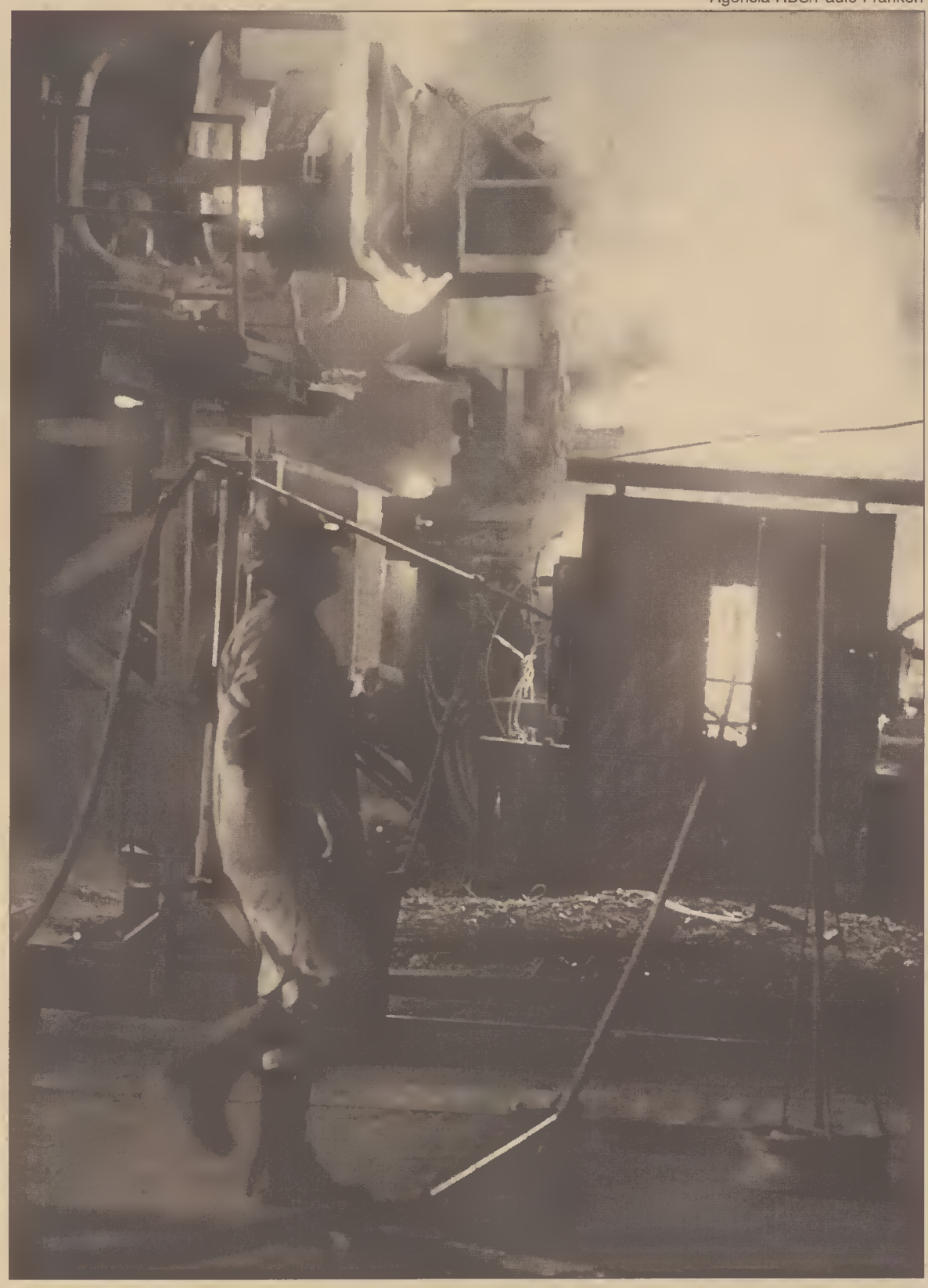
Com idas e vindas, contratações e demissões, o emprego formal se sustentou até a década de 90. A abertura do mercado brasileiro para a competição internacional forçou o país a adotar uma mudança de paradigma parecida com a inicial. A diferença era que agora uma fábrica de calçados gaúcha disputava consumidores com uma moderna concorrente da Itália ou uma unidade chinesa, cujos operários trabalham por um salário mensal de 40 dólares.

Esta realidade forçou o desemprego a deixar de balançar ao sabor dos ventos econômicos. Na conceituação dos economistas, surgiu uma nova onda de desemprego estrutural que havia se manifestado no surgimento da indústria nacional. "Com algumas diferenças, a história sempre se repete", lembra o economista.

Poupando mão-de-obra

Mas para Fligenspan, o desemprego de hoje é ainda mais drástico porque neste caso a indústria não pode se dar ao luxo de sustentar plantas defasadas. Na busca da modernização, o salto poupador de mão-de-obra (leia-se enxugamento de estrutura) será duplo. As empresas terão de se atualizar enquanto buscam o estado da arte em que se encontram os concorrentes da Europa e da América do Norte. Na opinião do professor, a conta das empresas que lutam para não perder o bonde da história será paga pelo desemprego em massa de milhares de trabalhadores. **(James Görgen)**

Agência RBS/Paulo Franken



Trabalhadores da indústria pagarão a conta do desemprego estrutural em tempos de globalização

Nova lei aumentará o desemprego

Enquanto o desemprego corre solto no campo da economia formal, um novo tipo de relação de trabalho promete trazer ainda mais insegurança ao mercado. Aprovado no dia 13 de janeiro pelo Senado Federal, o projeto de lei que institui o contrato temporário de trabalho (por tempo determinado) vai permitir que empresários utilizem mão-de-obra por um período de até quatro meses. As dispensas ocorrerão ao final do prazo estipulado, que poderá ser renovado, sem o pagamento da maioria dos direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "É uma lei perversa que aumenta a rotatividade da mão-de-obra substituindo permanentes por temporários", afirma o presidente da Subcomissão de Emprego da Câmara dos Deputados, Miguel Rossetto (PT-RS).

Para a oposição, o texto é totalmente inconstitucional na medida em que retira direitos e faz com que trabalhadores na mesma situação sejam submetidos a normas diferenciadas. "Tão logo a lei seja sancionada pelo presidente, iremos entrar com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal", avisa o deputado petista.

Uma das novidade apontadas como perversidade por Rossetto é o denominado "banco de horas", que permite ao empregador temporário utilizar as 44 horas semanais como referência e não como limite. Desde que não ultrapasse as 10 horas diárias, o empresário poderá fazer com que o trabalhador temporário preste serviço sem pagar hora extra. O tempo que exceder ao limite semanal de44 horas poderá ser compensado em qualquer dia dentro do prazo do contrato. "Acabou a hora extra", classifica o deputado.

Ficando apenas nestes pontos, Rossetto se vale das experiências de outros países para demonstrar o fracasso do contrato temporário como alternativa para gerar emprego. De 1988 a 94, os trabalhadores espanhós viram a rotatividade aumentar para 50% e as vagas temporárias para 35%. Na Argentina, a taxa de desemprego passou de 3,6% para 20,1% no período de 1990 a 95. "Este sistema fragiliza e amplia a insegurança nas relações de trabalho", considera o parlamentar.

A questão do preconceito prevalece

Entidades de defesa dos direitos dos negros consideraram racista questão do Vestibular da UFMS

No espaço de um mês, a comunidade negra brasileira recebeu duas notícias. Uma boa e a outra ruim. A primeira foi a eleição e a confirmação no cargo da primeira reitora negra de uma universidade nacional. Trata-se de Ivete Alves do Sacramento, 45 anos, escolhida no início de dezembro para dirigir a Universidade do Estado da Bahia (Uneb). As comemorações desta conquista inédita mal tinham encerrado e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) virou notícia de primeira página nos principais jornais do país com um erro, intencional ou não, que revela uma nova faceta do racismo brasileiro.

Para tentar fazer a questão 9 da prova de Língua Portuguesa do Vestibular, aplicada em 7 de janeiro, o candidato precisava analisar duas frases: "Ela é bonita, mas é negra" e "Embora negra, ela é bonita". O conteúdo das orações não passou despercebido pelos defensores dos direitos dos negros.

Quando perguntar ofende

As frases que causaram polêmica na prova da UFMS

09 – Examine as orações dos períodos a e b abaixo e assinale a(s) alternativa(s) correta(s).
a – Ela é bonita, mas é negra.
b – Embora negra, ela é bonita.
(01) Os períodos apresentam estrutura sintática diferente.
(02) Em a, a cor da moça é argumento desfavorável à sua beleza.
(04) Em b, a cor da moça é uma restrição superável pela beleza.
(08) Em a há coordenação; em b, subordinação.
(16) O valor argumentativo das proposições é diferente.

"Loura burra"

Organizações ligadas à raça negra vieram a público manifestar repúdio e acusar de racismo a instituição. De acordo com reportagem publicada na Folha de São Paulo (10/1/98), o Instituto e Casa de Cultura Afro-Brasileira (Icab) decidiu entrar com uma representação criminal junto ao Ministério Público Federal. A entidade também registrou uma queixa na Secretaria da Segurança para que seja apurado o suposto crime de racismo da UFMS. "A questão é uma aberração, feita para a epóca medieval. Se eu estivesse fazendo a prova, a rasgaria e botaria fogo", afirmou o presidente do Icab, Aparício Xavier. O Grupo Trabalhos e Estudos Zumbi (TEZ) também analisava a abertura de uma ação contra a universidade depois de pedir a anulação da questão e uma retratação pública.

As desculpas vieram dois dias após a prova. Em nota oficial, o reitor da UFMS, Jorge João Chacha, considerou "infeliz" a questão 9 da prova do vestibular. Dizendo não conhecer previamente o conteúdo dos exames do Vestibular, Chacha considerou-se "surpreso" e concordou "com a reação da sociedade". Mesmo subscrevendo a nota do reitor, o presidente da Comissão Permanente de Vestibular (Copeve), Odonias Silva, tentou esvaziar a questão. Silva declarou ao jornal paulista que "não havia intenção" de atingir os negros. "A comunidade negra é muito organizada. Quando se fala em 'loura burra', não há essa reação", comparou Silva.

A cor do voto

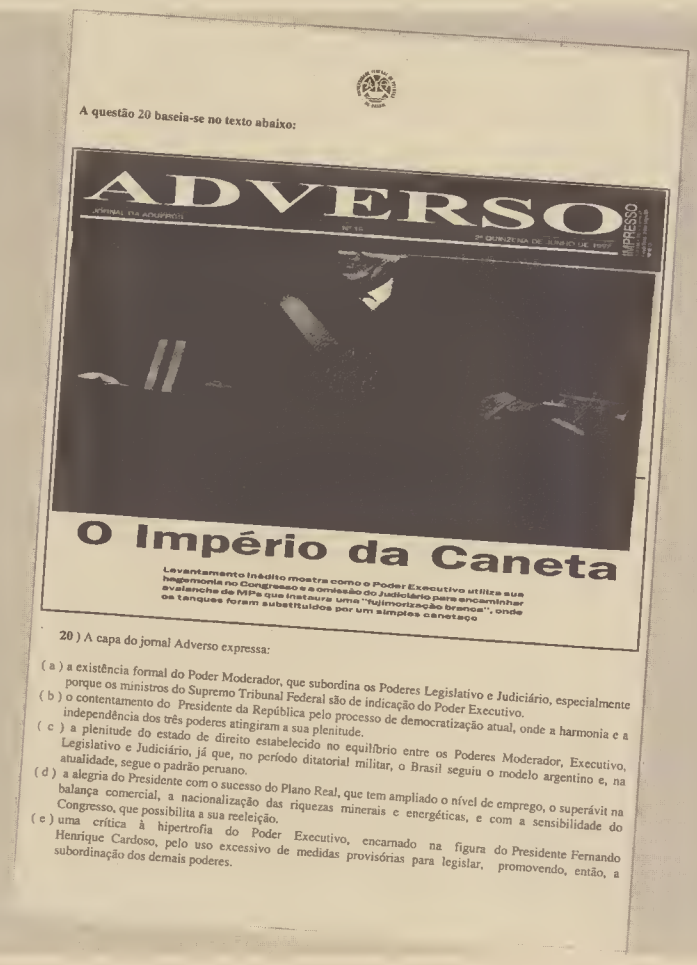
Como o Brasil não vive só de desgraças raciais, um mês antes foi a vez de uma candidata negra levar 45,48% dos votos da eleição realizada na Uneb para escolha do novo reitor. Confirmada no dia 5 de dezembro pelo governador Paulo Souto, Ivete Alves do Sacramento tomou posse prometendo aproximar a universidade baiana da comunidade. "A Uneb tem que ser a ponta da política educacional do Estado. Para isso, vamos nos engajar ainda mais em programas de capacitação profissional e de extensão, visando melhorar as condições educacionais da população e auxiliar no desenvolvimento das regiões baianas", discursou a reitora, que disputou o cargo com outras duas mulheres.

Ex-diretora do Centro de Educação Técnica (Ceteba) e professora da Uneb há 17 anos, a reitora considerou um motivo de orgulho o fato de ser a primeira representante da raça negra a comandar uma universidade no país. "É muito importante este espaço que, como negros e baianos, estamos alcançando na sociedade brasileira", classificou. A implantação dos cursos de Engenharia Civil, Turismo e Hotelaria estão entres as metas da gestão da nova reitora.

FAZENDO HISTÓRIA

**Ao menos uma notícia sobre vestibular
o professor da Ufrgs têm para comemorar:
o Adverso, jornal da sua associação, foi tema
da prova de História no vestibular 98
da Universidade Federal de Pelotas**

ADVERSO
O JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS


A questão 20 baseia-se no texto abaixo:

ADVERSO

O Império da Caneta

Levantamento inédito mostra como o Poder Executivo utiliza sua hegemonia no Congresso e a omissão do Judiciário para encaminhar avalanche de MPs que instaura uma "tutimorização branca", onde os tanques foram substituídos por um simples canetaço

20) A capa do jornal Adverso expressa:

(a) a existência formal do Poder Moderador, que subordina os Poderes Legislativo e Judiciário, especialmente porque os ministros do Supremo Tribunal Federal são de indicação do Poder Executivo.
(b) o contentamento do Presidente da República pelo processo de democratização atual, onde a harmonia e a independência dos três poderes atingiram a sua plenitude.
(c) a plenitude do estado de direito estabelecido no equilíbrio entre os Poderes Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário, já que, no período ditatorial militar, o Brasil seguiu o modelo argentino e, na atualidade, segue o padrão peruano.
(d) a alegria do Presidente com o sucesso do Plano Real, que tem ampliado o nível de emprego, o superávit na balança comercial, a nacionalização das riquezas minerais e energéticas, e com a sensibilidade do Congresso, que possibilita a sua reeleição.
(e) uma crítica à hipertrofia do Poder Executivo, encarnado na figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo uso excessivo de medidas provisórias para legislar, promovendo, então, a subordinação dos demais poderes.

Curiosidades sobre vinhos

Convidado a escrever um artigo genérico sobre vinhos, me deparei de repente frente a um problema: sobre o que precisamente deveria escrever? Escolhi um pouco da história, uma curiosidade e um alerta.

Carlos E. Daudt

Um pouco da história

O grande poeta Mário Quintana escreveu algo mais ou menos assim: "O melhor vinho não é aquele que é mais caro (e nem mais barato) mas sim aquele que é bebido com um amigo". De minha parte, eu diria: "0 vinho de maior qualidade que possuo tem que ser saboreado com os meus melhores amigos". Ou algo assim: "Um grande vinho deve ser degustado em companhia de um amigo(a) que seja, preferencialmente, um apreciador". Frases e mais frases são escritas, cantadas, etc. há milênios sobre esta bebida que já foi chamada de "O néctar dos deuses". Originado de uvas preferentemente viníferas, ele é hoje produzido nos mais longínquos recantos. A origem das uvas viníferas se localiza ao norte da Mesopotânia (que apresentava dificuldades climáticas para o desenvolvimento da uva). A Mesopotânia e o Egito bem que tentavam produzir uvas de qualidade para vinhos, mas nunca tiveram pleno êxito e, assim, se conformavam com o consumo do vinho que era trazido do Norte. Parece não haver dúvidas - e isto tem ampla aceitação no mundo vinícola - que, pelo menos, uma das origens de Vitis vinifera (a uva que produz o vinho) está entre o mar Cáspio e o mar Negro, na Transcaucásia; lá a Geórgia e a Armênia estão entre os países nativos destas videiras. As mais antigas sementes de uvas viníferas encontradas até hoje e datadas por carbono foram encontradas na Geórgia; datam do período entre 5.000 - 7.000 AC.

Até as descobertas de Pasteur (ao redor de 1865) a produção de vinhos era, em geral, bastante empírica. Isto não quer dizer que, eventualmente, não se produzissem bons vinhos. Aliás, a diferença entre o bom e o ruim, entre aquele com maior ou menor qualidade era desde cedo reconhecida pelos consumidores pois os melhores vinhos eram guardados para as grandes ocasiões e os piores consumidos no dia-a-dia; o surgimento da degustação (e analise sensorial) teve uma parte de sua origem devido aos vinhos. Mas é após Pasteur que entre outras coisas descobriu-se que a fermentação era obra de seres microscópios (leveduras), o que o vinho é tratado como ciência; como tal, o homem começou a dominar o sistema. Sua produção vagarosamente passa de empírica a científica. Esta passagem foi mais rápida em certos locais e mais vagarosa em outros. Com o advento das descobertas dos vários ciclos bioquímicos envolvidos na produção da uva e do vinho, das diferentes reações químicas, da cromatografia, espectrometria de massa, absorção atômica, do frio, das leveduras e seu papel no processo, de novos equipamentos, etc., o homem começou a ter uma compreensão melhor de todo o processo e passou a dominar a sua produção. Apesar de etanol e água continuarem na mesma posição de principais componentes do vinho (o etanol oriundo da fermentação dos açúcares da uva e a água originária da própria uva), o conhecimento aumentou tanto que hoje já existem várias centenas de substâncias identificadas. Atualmente, podem ser identificadas substâncias não apenas em gramas ou miligramas mas, sim, presentes em microgramas, nanogramas e até picogramas. Assim, hoje se sabe que os principais aromas dominantes em Cabernet Sauvignon, Cabernet Franc, Merlot, etc., são devidos a um grupo de substâncias derivadas das pirazinas, enquanto os aromas de Riesling, Moscato, Gewürztraminer, etc., são devidos a vários terpernóis e assim por diante. Não é maravilhoso termos este conhecimento? Não é fantástico sabermos que quando ingerimos um gole de vinho estamos engolindo 900 ou mais substâncias (repito 90-95% das substâncias são etanol e água)?

Baco Adolescente, de Caravaggio

Vinho e a Longevidade

Ao consumo de vinhos se uniu sempre a palavra LONGEVIDADE. Isto se ouve e se lê há séculos. Mas, a qual ou quais destas substâncias se deve isto, e é isto verdade? O homem tenta buscar respostas para estas e outras perguntas há bastante tempo. O espaço é curto e, para não abusar da paciência, pelo lado negativo, gostaria de lembrar o efeito tóxico do etanol que está contido em bebidas alcoólicas; entretanto, para descrever melhor este efeito e para que o público tenha perfeita noção do mesmo, é necessário outro espaço. Do lado positivo, o vinho quando bebido moderadamente, pode estimular determinadas substâncias; não há muitas dúvidas no aumento do colesterol HDL (o bom colesterol) e também, principalmente na ação antioxídante dos vinhos prevenindo a formação de plaquetas e talvez agindo sobre os radicais livres. Este efeito antioxidante, inicialmente atribuído ao resveratrol, teve logo a desconfiança de muitos pesquisadores (eu inclusive) pelas quantidades pequenas encontradas em vinhos (na ordem de poucos mícrogramas por litro). No entanto, a polêmica do resveratrol, que é um fenol, abriu caminho a pergunta: por que não os outros fenóis? Assim quercitina, pigmentos corantes, taninos e outros fenóis presentes em quantidades de miligramas por litro, ocuparam um lugar de maior destaque. Também, começa a ser valorizada a dieta mediterrânea, composta de muitas frutas, verduras coloridas cheias de fenóis e vinhos (principalmente o tinto) junto com carnes, queijos, etc. Palavras como o paradoxo francês começaram a ser rotina e trazem uma grande indagação sobre as várias dietas apregoadas. Estaria aí uma resposta para a tão procurada conexão entre o vinho e a longevidade? E existe realmente esta correlação? E o que é o paradoxo francês? Deixo-os com estas e outras indagações e espero bastante curiosos.

O que deve ser dito sobre bebidas alcoólicas

Os números que darei a seguir não são exatos mas, sim, aproximados, por causa da variabilidade entre as bebidas. Vinho é uma bebida alcoólica obtida pela fermentação do suco resultante do esmagamento das uvas (mosto). O vinho de mesa normalmente contém ao redor de 12o GL (Gay-Lussac); isto significa 12% de etanol, ou seja, volume. Volume x Densidade é igual a Massa (M=VxD): portanto, 12xO,8 (densidade aproximada do etanol) = 9,6. Assim, para cada 100 ml que ingerirmos deste vinho estamos adicionando ao nosso corpo 9,6 gramas de etanol; embora existam cálices de até 500-600 ml, o normal entre nós são cálices de 100-200 ml. Uma garrafa deste vinho (750 ml) contém 72gramas de etanol. A conta para a cerveja é menor, mas como é ingerida em maior quantidade também é uma conta de entrada de etanol em nosso organismo. A cerveja possui normalmente entre 4 e 8% de etanol a mais, ao redor de 5%; escolhendo este número, chegamos à conclusão que uma garrafa de cerveja de 700 ml ou duas latinhas contém cerca de 28 gramas de etanol, ou seja, cada latinha de cerveja (350 ml) contém ao redor de 14 gramas de etanol. Entretanto, a conta para os destilados (caninha, cachaça, wisky, gim, vodka, rum, conhaque etc.) é enorme. Tendo em média 40% de etanol, ou seja, 32 granas de etanol para cada 100 ml ingeridos, um litro de destilado contém ao redor de 320 gramas de etanol (uma garrafa de 750ml possui 240 gr de etanol).

Por outro lado, um fígado sadio, sem gorduras, etc. de um indivíduo adulto e jovem pode desdobrar, no máximo, 8 gramas de etanol por hora. lsto significa, olhando os números acima, que uma pessoa que ingerir um cálice de vinho de 100ml ou uma latinha de cerveja (?) ou 30ml (dose pequena) de destilado, deveria esperar pelo menos uma hora antes de dirigir um carro; se ela não respeitar este espaço de tempo, o seu teste de teor alcoólico no sangue dará positivo além, naturalmente, do grande e real perigo de dirigir nessas condições. Os valores são fáceis de calcular: a lei brasileira diz que um sujeito está sem condições de dirigir se possuir mais que 0,08 g de etanol por 100 ml no sangue. Então, uma pessoa que possui, digamos, 8 L de sangue não pode ter mais que 6,4 gramas de etanol em seu corpo (é por isto que o exame do teor alcoólico tem valor se feito logo que o motorista comete a infração). Além disto, pelo que sei (e meus amigos médicos me ajudem se estiver muito errado) um fígado cresce até aproximadamente aos vinte anos de idade, dependendo do indivíduo. Como o etanol inibe o crescimento do fígado significa que estes jovens que estão ingerindo bebida alcoólica, cada vez em maior quantidade, estão na verdade decretando que terão um fígado menor do que teriam e, com certeza, diminuindo sua expectativa de vida. É um crime o que fazem com seu próprio corpo e acho que todos os pais e escolas deveriam saber disto. FICA O ALERTA. O assunto é inesgotável, isto é só um alerta.

Carlos E. Daut é PhD em Enologia e Diretor Científico da Fapergs.

Cinema e História

Eloína Prati dos Santos

Como cinemeira das mais assíduas, chamaram minha atenção no ano de 97 as produções enfocando nossos pagos, Anahy de las Missiones e Lua de Outubro e produções nacionais como Guerra de Canudos e Pequeno Dicionário Amoroso.

Lua de Outubro e Pequeno Dicionário Amoroso celebram, com uma certa qualidade, beleza, boa atuação, bom humor, o ressurgimento do cinema nacional como uma opção de divertimento que nos recoloca dentro da concorrência mundial e nos redime daquela obrigação de "conferir" o que se anda produzindo como um amargo dever patriótico de submeter-se a duas torturantes horas de baixa qualidade técnica, atuação sofrível, banalidades, baixarias, que já assolaram as telas nacionais em algumas épocas. E, principalmente, aponta alguns caminhos para produções mais ambiciosas como as que pretendem resgatar importantes episódios de nossa história.

Anahy de las Missiones é um filme chato porém cheio de méritos que o tornam imperdível. Chato porque poderia ser meia-hora mais curto e poupar o espectador de repetições desnecessárias de cenas muito parecidas que só na terceira passagem sofrem alguma variação nos dois minutos finais. Chato porque a introdução por demais previsível de um romancezinho desnecessário retira força do argumento principal: a história de Anahy. O esforço inútil dos autores do centro do país para reproduzir nosso gauchês beira o ridículo, principalmente no caso deste filme cujo roteiro tem um de seus pontos altos na pesquisa sobre a linguagem da época, um portunhol dos mais preciosos para os que estudam as raízes de nossa cultura que os esforços contemporâneos de integração, em sua grande parte comerciais, deixam em plano secundário. O filme ainda padece de sérios problemas de edição que comprometem uma bela fotografia e uma trilha sonora respeitável.

Mas a história de Anahy é daquelas histórias que precisavam ser resgatadas pois dificilmente constará de nossos livros de história. Como sobreviveram a tantos anos de revolução todos aqueles que viram suas vidas cotidianas totalmente destruídas por um conflito do qual não participavam mas que os envolvia de formas dramáticas por afetar sua capacidade de sobrevivência pelos meios habituais? Esse tipo de situação, como vemos ainda hoje nos conflitos da África, do norte da Europa, afetam principalmente as mulheres, as crianças, os velhos. Impedidos de exercer seus ofícios habituais, submetidos à violência periférica e violências diretas, agravada por falta de comida, de água, de luz, as mulheres precisam achar formas de sobreviver e de manter vivos seus filhos.

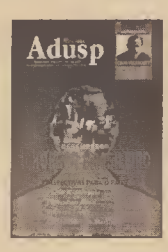
Anahy acha o meio de vida mais coerente com uma guerra, tirar dela o sustento, valer-se do caos, da crueldade reinantes para criar novas formas de subsistência. Ela saqueia soldados mortos sem escolher lados. Lenços brancos ou vermelhos podem denunciar lealdades mas botas, calças, camisas, cintos, facas, armas não têm partido, como também não têm as vaidades e as necessidades humanas. Além disso, Anahy, matriarca autoritária em relação aos filhos, revela-se mulher independente e livre de preconceitos em relação aos costumes da época. Nunca casou, pariu filhos de pais diferentes, é dona de seu corpo e de seus sentimentos. Mostra até um certo realismo cínico e frio em relação ao assunto, ao prostituir suas protegidas e namoradinhas dos filhos como mais uma forma de ganha-pão entre os soldados. Protege com determinação sua única filha, porém, preservando-lhe o direito de escolher seu primeiro homem com o coração. Pena que essa escolha é por demais romantizada e previsível dentro de um filme de cenas fortes e impiedosas.

A lição que Ahany poderia tirar de Lua de Outubro são exatamente as técnicas. Uma belíssima fotografia e leves pinceladas sobre os resquícios do coronelismo pós-revolucionário no Estado compõem um excelente pano de fundo para uma intrigante história de amor mitificada pela figura da mulher-louva-deus. Anahy usa a colaboração de nosso Tabajara Ruas e nosso Celso Loureiro Chaves, entre outras, mas, com exceção de Araci Esteves, escolheu um cast de fraquíssimos atores formados pelos melodramas globais, entre os quais Marcos Palmeira que, manco da perna mas tropeçando na língua, compromete seriamente o prazer do espectador. Em Lua de Outubro, Isabel Ibias e Nestor Monastério, entre outros, provam que temos bons atores no estado, dotados de formação teatral respeitada e comprovada em nossos palcos e que já falam o gauchês e o portunhol exigidos pelo roteiro.

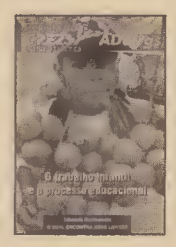
Nossos cineastas deveriam ter a coragem de enfrentar de frente essas lacunas na nossa história, fazendo delas o motivo maior do filme, deixando de lado apelos sentimentais e previsíveis e a irresistível tentação de arrastar o roteiro como em uma novela de sucesso, deixar de lado tentativas de misturar o comercial em uma obra cuja ambição deveria ser exatamente o de não sê-lo. Os artistas precisam vender sua obra, mas nossos vizinhos argentinos já demostraram há muito tempo, em História Oficial e Nem Lágrimas, Nem Arrependimentos, por exemplo, que alguns fatos históricos precisam ser resgatados, revistos, rediscutidos, reexaminados, subvertidos, parodiados, pois sua mera reprodução não basta mais, embora tenha sua utilidade. O apelo da obra é a própria re-escritura de nosso passado e sua relação com nosso presente.

ORELHA

Revista Adusp - Associação de Docentes da Usp
Dezembro/97 - nº 12

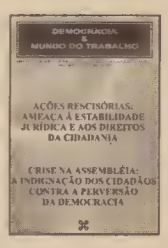


Esta edição tem como tema central o desemprego no Brasil. Retrata o drama vivido por milhares de desempregados e traz algumas propostas de solução para a crise, como as perspectivas para o país apresentadas por Roberto Freire, Espiridião Amim, Plínio A. Sampaio e Carlos Estevam Martins.



Revista do Cpers/Adufrgs
Nº6 - Dezembro/97

Apresenta matérias sobre trabalho infantil, processo educacional e os limites do Plano Real. Em entrevista com Eduardo Maldonado, a questão do ensino técnico e um balanço das lutas, manifestações e conquistas de 1997.

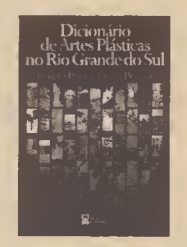


Democracia e Mundo do Trabalho
Genro, Camargo, Coelho, Maineri e Advogados Associados S/C - Ano1, nº1, dezembro/97

Em sua primeira edição, a revista aborda a polêmica das rescisórias, a crise na Assembléia Legislativa do RS e a autonomia dos estados para organização dos seus quadros de pessoal do magistério. 99pp. Distribuição gratuita.

Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul
Renato Rosa e Décio Presser

Os últimos cem anos da arte gaúcha através de nomes de artistas e instituições de destaque na história da arte no Rio Grande do Sul. Editora da Universidade, 442pp. R$ 50,00.



HEMEROTECA

London Review of Books
Nº 1 – Volume 20 – 1 de janeiro de 1998
Notes on 1997 - Alan Bennett
On Women Who Kill Children - Marina Warner
Existentialists and Mystics by Iris Murdoch - James Wood
The Key of the Tower by Gilbert Adair - Lorna Sage
Modern Italy: a Political History by Denis Smith - Alexander Stille

Jornais Diários
– Zero Hora
– Correio do Povo
– Jornal do Comércio
– Folha de São Paulo

WWW

Pergunte a um astrônomo
http://obsn.on.br
Dúvidas sobre astronomia respondidas por especialistas do Observatório Nacional.

Código de barras
http://www.xpnet.com.br/unimicro
Automação comercial gratuita: o software é shareware.

Dilbert
www.unitedmedia.com/comics
Banco de histórias em quadrinhos.

Viagens
www.gateone.com.br
Para quem gosta de viagens virtuais, um grande roteiro de lugares e países exóticos ao alcance do mouse.

VISITE A PÁGINA DA ADUFRGS: HTTP:\\ WWW.ADUFRGS.ORG.BR

É tudo ou nada nas prévias do PT

Silvanio Mariani

A partir desta edição, Adverso **antecipa o debate sobre as eleições de 15 de outubro com a publicação de uma série de entrevistas. Por esta página irão desfilar os mais cotados candidatos a governador. Abrimos a galeria com o advogado Tarso Genro (foto), vice-prefeito de Porto Alegre de 1989 a 1992 e prefeito de 1993 a 1996. Tarso, que integra o escritório de assessoria jurídica da Adufrgs, disputa com o também ex-prefeito Olívio Dutra a indicação para concorrer ao governo do Estado pelo Partido dos Trabalhadores. A decisão acontece em 4 de abril, quando os filiados ao PT de todo o Estado escolhem, através do voto, o seu representante. Nesta entrevista, Tarso apresenta o modelo de gestão que pretende implantar se for alçado ao Palácio Piratini. E diz que se não vencer Olívio Dutra nas prévias do partido, não concorre a qualquer outro cargo.**

Fabrícia Osanai

Candidato a candidato: "Nesta conjuntura, o meu nome é o mais adequado".

Adverso – Até as prévias do PT, o senhor disputa com o ex-prefeito Olívio Dutra a indicação para concorrer ao Governo do Estado. Que diferenças existem entre o senhor e o Olívio?

Tarso Genro – É preciso dizer que não somos candidatos um contra o outro. Não acredito que eu e o Olívio tenhamos diferenças estratégicas que sejam significativas. É impossível dizer que o Olívio é mais à esquerda ou à direita do que eu ou tentar estabelecer uma diferença meramente ideológica. O que temos são perfis políticos e intelectuais diferentes e temos abordagens diferenciadas em questões estratégicas. Por exemplo, eu tenho uma visão sobre a globalização, sobre a renovação do socialismo e sobre a reforma do Estado. São visões divulgadas em debates, entrevistas e por escrito. As posições do Olívio sobre essas questões não são muito conhecidas, embora eu ache que não existam divergências fundamentais entre nós. O que o PT precisa decidir é o seguinte: qual é o perfil mais adequado para nos levar à vitória nas atuais circustâncias. Eu tenho a certeza de que se o Olívio ganhar a prévia ele será um excelente candidato e eu vou estar na linha de frente da sua campanha. Mas, evidentemente, eu pretendo ganhar essa prévia.

Adverso – Qual deve ser o perfil do futuro governador do Rio Grande do Sul?

Tarso – Primeiro, tem que ser alguém que lidere os novos governadores num grande enfrentamento político ao governo federal para reduzir a drenagem de recursos dos Estados para a União. Aqui no RS, essa drenagem anda em torno de 12% a 15% da arrecadação. Em segundo lugar, é necessário um governador que apresente um projeto de desenvolvimento que parta da base produtiva instalada e historicamente conformada por gerações de trabalhadores e empresários locais. Isso é necessário para que o Estado não se torne um deserto econômico subjugado a meia dúzia de grandes monopólios. Em terceiro lugar, terá que ser um governador que gere políticas públicas combinando a democracia representativa e direta e transformando os conselhos regionais de desenvolvimento em órgãos de participação da cidadania no poder decisório. Por último, deverá ser um governador com capacidade para fazer um enfrentamento ideológico ao neoliberalismo.

Adverso – Como o senhor avalia a atuação do atual governo do Estado?

Tarso – O Governo Britto é o reflexo tardio da ideologia neoliberal já em decadência na Europa. Ele adotou o modelo mais acabado do projeto neoliberal que se baseia em três movimentos fundamentais: primeiro, colocar os recursos públicos e a capacidade gestora do Estado a serviço de um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente em meia dúzia de grandes grupos econômicos monopolistas e oligopolistas; segundo, é um governo que tem a visão do Estado mínimo que, à medida em que vende estatais para financiar o funcionamento ordinário do Estado, não só descapitaliza o Estado como abdica da capacidade de monitorar e induzir o desenvolvimento; terceiro, é um governo autoritário. O Britto é arrogante e sem comunicação com a sociedade. Ele presta contas a meia dúzia de empresários e grandes corporações. O resto da população não tem nada a ver com as decisões que ele toma. Por isso é que ele é tão autoritário e tão arrogante, inclusive como figura pessoal.

Adverso – E sua avaliação sobre os governos do PT na Prefeitura de Porto Alegre?

Tarso – Foram governos que acertaram e erraram mas com características reconhecidas, inclusive, por nossos adversários ferrenhos: são governos honestos que geram políticas públicas com a participação da cidadania sem nenhum tipo de preconceito ideológico-político-religioso, e são governos que colocam a máquina pública a serviço da maioria da população.

Adverso – O senhor não encontra nenhum ponto fraco nas administrações do PT?

Tarso – É evidente que há limitações e pontos fracos. Eu não menciono essas debilidades porque são de conhecimento da população. Mas elas foram menores em relação ao sucesso estratégico, político e econômico que nós apresentamos.

Adverso – Há quem diga que Olívio seria o candidato mais fácil de derrotar. O que o senhor pensa sobre isso?

Tarso – Existe uma visão equivocada por parte dos formadores de opinião que apóiam o governo Britto de que o Olívio seria mais fácil de derrotar. Nesse sentido, eles gostariam que ele fosse candidato, e não eu. Sinceramente, isso é um profundo equívoco porque tanto eu como o Olívio temos a mesma capacidade de derrotar o Britto. É um equívoco que parte do preconceito de que o Olívio foi derrotado uma vez por ter sido líder sindical. Eu não compartilho dessa visão. O que nós temos que verificar é qual o perfil mais adequado para esse debate. O Olívio está plenamente preparado. Mas é um preparo diferente do meu pela sua formação, pela sua história e pelo seu perfil. Eu estou me apresentando e aceitando a indicação do meu nome porque entendo que nesta conjuntura o meu nome é o mais adequado.

Adverso – O seu nome transitou nacionalmente como possível candidato à Presidência da República. Essa possibilidade está descartada?

Tarso – Está descartada. Eu acho que o nosso candidato deve ser o Lula e eu avisei ao partido que o meu nome deveria circular somente até julho de 97. O Lula manteve até ali uma certa ambigüidade, natural e compreensível em função da situação difícil, mas a partir de julho eu deixei claro que o meu nome deveria parar de transitar porque eu estava perdendo tempo para uma eventual disputa na indicação da candidatura ao governo do Estado. A minha posição ficou clara e creio que a candidatura do Lula já está solidificada.

Adverso – Qual é a receptividade ao PT no Interior do Estado, onde tradicionalmente enfrenta a maior resistência?

Tarso – O abandono que o governo estadual promove na base produtiva instalada no RS, que eu chamo de economia histórica do Estado, tem reflexos políticos muito grandes. Há uma inconformidade entre os pequenos e médios empresários industriais e comerciais e entre os pequenos e médios produtores rurais. Fundamentalmente porque as políticas do governo Britto levam toda a capacidade financeira do Estado a sustentar três ou quatro megaprojetos enquanto a base produtiva originária está completamente abandonada. Nós temos que responder a isso não com acusações ou meras denúncias políticas mas com a apresentação de um projeto de desenvolvimento alternativo. A partir daí, nós formaremos uma ampla coesão para enfrentar o projeto neoliberal aqui no RS.

Adverso – E qual é o projeto do PT para governar o Rio Grande do Sul?

Tarso – Nós temos um projeto cujos elementos centrais já estão formulados. Eu poderia arrolar 10 medidas a serem tomadas se eu fosse o governador do Estado...

Adverso – Poderia citar três?

Tarso – Sem dúvida. Primeiro, uma movimentação política no país para renegociar as dívidas dos Estados com a União. Segundo, a estruturação, com recursos do Estado e com a capacidade de renúncia fiscal que o Estado tem, de uma estrutura de financiamento da pequena e média produção local, seja agrícola ou industrial, sem finalidade lucrativa. Ou seja, uma instituição de fomento. Nós podemos ter aqui no Estado 500 instituições comunitárias de crédito semelhantes a essa que nós organizamos em Porto Alegre. Isso iria alavancar a arrecadação do Estado. Terceiro, fazer dos conselhos regionais de desenvolvimento estruturas com capacidade decisória. Isso de maneira articulada com as diversas regiões do Estado para gerir políticas públicas e de desenvolvimento que estabeleçam uma parceira entre o governo e a iniciativa privada. Sem dúvida, isso iria desenvolver o tecido econômico local. São inúmeros exemplos do que se pode tomar de medidas efetivas para fazermos confronto com o projeto de meia dúzia de grandes empresários que transformaram o Palácio Piratini numa sucursal de seus interesses.

Adverso – Na possibilidade de não ser escolhido para concorrer a governador pelo PT, qual é a chance de uma nova dobradinha Olívio e Tarso?

Tarso – Se eu não for candidato, vou estar na linha de frente da campanha mas não pretendo concorrer a nenhum posto eleitoral. O partido tem que assumir plenamente o conhecimento dessa colocação para que a militância decida efetivamente qual o perfil de chapa ela quer.Os cargos a vice-governador e ao Senado têm que estar à disposição dos nossos aliados. Não podemos apresentar uma chapa que preencha todas as vagas. Eu estou à disposição do meu partido e ele deve me escolher como candidato ou não ao governo estadual.